

Saúde mental e direitos humanos

*“Um bom poema
leva anos
cinco jogando bola,
mais cinco estudando sânscrito,
seis carregando pedra,
nove namorando a vizinha,
sete levando porrada,
quatro andando sozinho,
três mudando de cidade,
dez trocando de assunto,
uma eternidade, eu e você,
caminhando junto”*

O poema de Paulo Leminski¹ serve de inspiração para expor algumas idéias, ainda que iniciais, sobre a relação entre saúde mental e promoção de direitos, ou melhor, privação dos direitos fundamentais, realidade em que vive grande parte da população, sobretudo nas periferias das grandes cidades.

Os dois pilares dessa reflexão são: (1) é fundamental desconfiar que talvez “o mais profundo seja a pele”.¹ Os acontecimentos da vida freqüentam a sua superfície. A criança vive plenamente a descoberta das novidades da existência, plasmando e sendo plasmada nas circunstâncias que a envolvem e nas profundidades que a constituem; (2) os encontros com o outro e os percursos compartilhados, seja com o seio da mãe nas relações primais, seja o amor por uma mulher nas relações sexualizadas adultas ou com o bom professor na escola, são a siderurgia da psique, vitais à saúde e ao desenvolvimento da personalidade.

Essas duas idéias estão no poema em uma extensa bibliografia psicanalítica e filosófica. Melanie Klein, D.W. Winnicott e Oswaldo DiLoreto, há muito tempo, chamam a atenção dos psicólogos e a de outros clínicos da infância para a importância dos dois primeiros anos do desenvolvimento. Desde o nascimento, a criança vai confeccionando um repertório a partir da memória de acontecimentos e de sensações inéditas, construindo verdadeiros moldes de afetos que serão revividos, reeditados, conforme o tempo e o espaço, durante toda a vida. A mãe alimenta o filho com seu próprio corpo, como, aliás, já fazia durante os nove meses de gestação. O filhote humano, dentre os mamíferos, é o que por mais tempo depende dessa relação. O calor, a sensação tátil, o cheiro, o gosto do colostro (futuro leite) são estímulos muito intensos. É fácil imaginar o tamanho das dores que surgem de deformações, privações e negligências, desde esse primeiro encontro amoroso. É consenso entre os clínicos que quanto mais precoces os problemas, mais graves serão os distúrbios, se aparecerem.

Felizmente, a vida é plástica. Cada indivíduo é absolutamente singular, e as possibilidades são múltiplas, senão in-

finitas, como expressa aquele ícone existencialista: o mais importante não é aquilo que fazem com o homem, mas aquilo que o homem faz com o que fazem com ele. Um verdadeiro bálsamo até para as certezas dos psicanalistas mais ortodoxos.

A construção da identidade e da autonomia, a partir de uma situação de absoluta dependência, é tarefa árdua. Um processo inesgotável durante toda a vida, mas que tem na primeira infância e, mais tarde, na adolescência, períodos em que as transformações são tão velozes quanto intensas.

O adolescente é como *Alice, no País das Maravilhas*, esticando-se e encolhendo-se, passando através dos espelhos, em um movimento frenético na busca de si mesmo, em sua real medida. Adolescer é ousar e experimentar esse sublime jogo da construção dos próprios limites. O jogo com a lei e sua transgressão faz parte do processo, tanto quanto as espinhas na cara ou as paixões em estado bruto. É fundamental para a estruturação dos seus próprios limites o questionamento dos limites que lhe são impostos “de fora”, e isso não tem nada a ver com delinquência ou psicopatia.

Nas sociedades ditas primitivas, a transformação de uma fase à outra da vida é fortemente ritualizada: o menino fica restrito à sombra das ocas até aprender a lutar como um guerreiro, a pescar, a esculpir um remo e manejar o arco e a flecha. Ritos de passagem que o jovem da sociedade atual não dispõe de maneira tão marcada. O coletivo, o social, não lhe oferece uma rede de suporte que sinalize essa intensa travessia; muito pelo contrário, estamos rodeados de adultos que como modelos de identificação exercem perversa influência, de um político corrupto a um traficante burro.

Nos últimos dez anos, convivo diariamente com crianças e jovens privados das condições básicas para a vida com dignidade – que é o fundamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ajudando uns a afirmarem sua criatividade e crescimento, outros a amenizarem sua dor e mutilações, físicas e psíquicas, que os abandonos sucessivos e a vida nas ruas lhes impuseram. E, também, vendo outros serem seduzidos pelas ofertas que o crime lhes faz, vulneráveis que estão por não lhes serem honestamente apresentadas alternativas reais, interessantes e com qualidade em saúde, educação, lazer etc. A adrenalina das “correrias-do-mal” passa a ser a opção, engordando as estatísticas do IML ou da Febem.

Meio clínico e meio educador, tenho aprendido e ensinado que as crianças que vivem nas ruas são crianças tristes. Que a tristeza na criança e a violência que a juventude sofre e reproduz são os dois principais sintomas da grave doença social. Delatam a falência de um modelo e de um paradigma, que não se resolverão, segundo as leis de mercado e os números dos economistas.

Que nova clínica e que nova pedagogia precisa-se reinventar para que a complexidade da situação não seja negada, e sim acolhida?

Se reconhecer que a privação dos Direitos Humanos produz doença e que, inversamente, a promoção desses direitos produz saúde, mesmo que os tempos sejam difíceis para os

sonhadores da paz, me parece que a sociedade estará bem próxima de um belo recomeço...

Auro Danny Lescher

Projeto Quixote – serviço ligado à disciplina de
Psiquiatria Social da Universidade Federal de São
Paulo/Escola Paulista de Medicina.

Referências

1. Gilles D. Logique du Sens. França: Les Editions de Minuit; 1969. p. 11.